



SAÚDE / O remédio, indicado inicialmente no tratamento para diabetes, vinha sendo usado para emagrecimento. Ele se junta a Wegovy, Ozempic e Saxenda no mercado de canetas injetáveis

Anvisa aprova Mounjaro no combate à obesidade

» ALÍCIA BERNARDES*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o uso do medicamento Mounjaro (tirzepatida) no tratamento da obesidade. Antes autorizado apenas para o controle da diabetes tipo 2, o remédio vinha sendo usado de forma off-label para auxiliar na perda de peso, prática comum no Brasil com outros medicamentos similares.

Agora, a caneta injetável passa a ter indicação oficial para pacientes com obesidade que apresentem pelo menos uma comorbidade, como hipertensão, colesterol elevado ou apneia do sono.

A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) e amplia o escopo terapêutico de uma das substâncias mais promissoras no enfrentamento da obesidade. Produzido pela farmacêutica Eli Lilly, o Mounjaro utiliza a tirzepatida como princípio ativo. Com aplicação semanal, o medicamento estará disponível nas doses de 2,5 mg e 5 mg, e tem mostrado resultados expressivos: estudos indicam redução de até 25% do peso corporal a maior entre os medicamentos hoje autorizados no Brasil para essa finalidade.

A aprovação coloca o Mounjaro ao lado do Wegovy como uma das únicas canetas com uso oficialmente aprovado pela Anvisa para emagrecimento. Já conhecidos do público, outros nomes como Ozempic, Saxenda e Victoza seguem sendo indicados para o controle do diabetes tipo 2, embora sejam amplamente usados com foco na perda de peso.

Canetas injetáveis

Os medicamentos utilizam substâncias que imitam hormônios naturais do corpo, como o GLP-1 e o GIP, que atuam sobre o apetite e a regulação da glicose. Esses hormônios agem diretamente no sistema nervoso central, promovendo a sensação de saciedade e reduzindo a fome. Os remédios também retardam o esvaziamento gástrico, o que faz com que o paciente se sinta satisfeito por mais tempo.

Além disso, essas substâncias ajudam no controle glicêmico, tornando-as eficazes

Sweet Life/Unsplash



A aplicação subcutânea representa uma revolução no tratamento da obesidade. Mas o alto custo do medicamento ainda é restritivo

Medicamentos disponíveis no país

Mounjaro (tirzepatida)

» **Indicação:** diabetes tipo 2 e, agora, obesidade com comorbidades

» **Modo de uso:** caneta de aplicação semanal (2,5 mg ou 5 mg)

Wegovy (semaglutida)

» **Indicação:** exclusivamente para obesidade

» **Modo de uso:** caneta de aplicação semanal

Ozempic (semaglutida)

» **Indicação:** diabetes tipo 2

2 (porém, é usado para emagrecer)

» **Modo de uso:** caneta de aplicação semanal

Saxenda e Victoza (liraglutida)

» **Indicação:** diabetes tipo 2

» **Modo de uso:** caneta de aplicação diária

Rybelsus (semaglutida oral)

» **Indicação:** diabetes tipo 2

» **Modo de uso:** via oral (único da lista sem aplicação injetável)

no tratamento do diabetes tipo 2. A perda de peso, que antes era um benefício secundário, passou a ser o foco principal de novos estudos e aprovações regulatórias.

A popularização das canetas injetáveis vai além da eficácia na balança. Elas representam uma nova abordagem no

tratamento da obesidade, ao encará-la como uma doença crônica e multifatorial, que exige acompanhamento médico, planejamento nutricional e, muitas vezes, intervenção farmacológica de longo prazo.

As substâncias utilizadas simulam o comportamento do GLP-1 e, nos casos mais

recentes, também do GIP e do GCG — três hormônios responsáveis por regular o apetite, o metabolismo da glicose e a sensação de saciedade. Isso torna os medicamentos especialmente eficazes em pacientes com resistência à insulina e quadros de obesidade severa.

Além disso, os resultados são sustentáveis: pacientes que mantêm o uso regular, sob acompanhamento médico, conseguem preservar a perda de peso por longos períodos.

Entraves

Apesar da aprovação da Anvisa, o acesso ao Mounjaro ainda é restrito. A alta demanda global e os preços elevados dificultam a adesão. Mesmo com descontos, a dose de 5 mg custa em torno de R\$ 1.800 por mês — valor que compromete o orçamento da maioria da população brasileira.

Outro ponto de atenção é o uso inadequado desses medicamentos. A prática do off-label (uso fora da indicação

aprovada) é comum, mas pode gerar efeitos colaterais como náuseas, perda de massa muscular, desidratação e até complicações metabólicas. Especialistas reforçam a importância do acompanhamento médico contínuo e de um plano terapêutico individualizado.

A chegada do Mounjaro com indicação formal para emagrecimento representa um marco na abordagem clínica da obesidade no Brasil. Ele se junta ao Wegovy como parte de uma nova geração de medicamentos mais eficazes e seguros. Já há outras substâncias em desenvolvimento, como a retratada, que promete ainda mais eficácia ao combinar três mecanismos hormonais. A previsão é de que essa nova droga esteja disponível a partir de 2026.

Enquanto isso, as canetas seguem transformando a forma como a obesidade é tratada. Mas o sucesso terapêutico depende de uma visão integrada, que combine ciência, acesso, responsabilidade médica e políticas públicas de saúde mais inclusivas.

VIOLÊNCIA

Adolescentes pegos por planejarem explosões

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCRJ) apreendeu dois adolescentes acusados de planejar um atentado com explosivo a uma escola no bairro de Bangu, Zona Oeste da capital fluminense. A ação, segundo os investigadores, foi interrompida graças ao trabalho de agentes infiltrados, que descobriram a iminência do ataque e, no último sábado, interceptaram os envolvidos antes da execução.

Os suspeitos faziam parte de grupos extremistas que planejavam transmitir a explosão ao vivo pela internet.

O **Correio** apurou detalhes sobre as investigações que apontam que os jovens integravam um servidor do Discord identificado como “466”, já monitorado por forças de segurança por abrigarem discursos de ódio, incitação à violência e conteúdos extremos. Segundo os dois jovens, moradores de Bangu, o artefato que seria utilizado na ação teria grande capacidade destrutiva. Tentamos contato com a Polícia Civil do Rio de Janeiro para confirmar que o artefato foi desativado pelo Esquadrão antibomba, mas não obtivemos retorno.

A delegada Lisandrea Salvariego Colabuono, chefe do Núcleo de Operações e Articulações Digitais (Noad) da Polícia Civil de São Paulo, que investiga os passos desses grupos por todo o país, afirmou que os adolescentes demonstraram frustração com os avanços das investigações que vêm desmantelando redes digitais voltadas à radicalização juvenil. “Eles estavam revoltados com as prisões recentes de líderes desses grupos que disseminam ódio, incentivam outros jovens a se automutilarem e pretendiam agir como forma de retaliação. Eles precisam saber que não são somente eles que estão on-line. Nós também estamos”, destacou a delegada.

O Noad investiga sem interagir, apenas coletando informações e a partir dos relatórios produzidos pelos agentes de inteligência infiltrados nesses grupos, a Polícia Civil compartilha as informações com demais órgãos. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), desde a criação, em 2024, as equipes do núcleo conseguiram impedir mais de 80 estupros virtuais, uma prática criminosa que se espalha pela rede mundial de computadores.

Lisandrea alerta que os adolescentes vêm dando sinais claros antes de mergulharem nessas redes e que também é papel dos pais perceber e acompanhar as mudanças no comportamento dos filhos, fora, e, principalmente, dentro de casa. “É preciso atenção dos pais ao uso excessivo de telas, isolamento social e à perda de vínculos reais. Crianças e adolescentes não podem ter privacidade absoluta no ambiente digital. Monitoramento, diálogo e limites são fundamentais.”

Segundo a delegada, a articulação de atentados em ambientes como Discord e Telegram tem sido cada vez mais comum e a baixa colaboração dessas plataformas representa um entrave sério às investigações. “Um dos nossos maiores problemas é a falta de colaboração por parte de algumas plataformas. Por exemplo, o Telegram e o Discord não são colaborativos, o que dificulta nosso trabalho”, comentou.

DIREITOS HUMANOS

Indígenas protestam contra abandono do governo

» IAGO MAC CORD*

Os povos indígenas brasileiros reclamam de terem sido escanteados pelo governo federal, especialmente após o Congresso Nacional aprovar pautas que atacam diretamente seus direitos e a soberania de suas terras. Ontem, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), maior instância de representação dos povos originários, organizou atos em 10 estados para reivindicar ações dos Três Poderes.

Houve 17 manifestações em todo o país, inclusive, na capital federal. As principais cobranças dizem respeito à Lei nº 14.701/23, que regulamenta o Artigo 231 da Constituição Federal sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas (TIs), e ao Projeto de Decreto Legislativo

(PDL) 717/24, que busca sustar decretos de homologação de TIs específicas (Toldo Imbu e Morro dos Cavalos, ambas em Santa Catarina).

Em Brasília, os indígenas se reuniram no Museu Nacional e desceram em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF), para entregar uma manifestação ao ministro Gilmar Mendes, relator de cinco ações que discutem a Lei do Marco Temporal. O objetivo central do texto é demonstrar o alto grau de insegurança jurídica na demarcação de terras indígenas no Brasil, atribuído à vigência da Lei 14.701.

Ao **Correio**, Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib, explicou a luta dos povos originários contra a agenda anti-indígena. “Nós não temos observado avanços; pelo contrário, vemos o avanço da pauta

anti-indígena no Congresso Nacional, tanto com o PDL 717, quanto com o GT da Mineração, que tramita no Senado, além da PEC 48, da PEC 132 e de outras medidas que violam os direitos dos povos indígenas”, explicou.

O líder indígena lamenta a falta de entregas do executivo, e lembra que a promessa de 14 homologações nos 100 primeiros dias de governo ainda não foi cumprida. Ele reconhece, ainda, que, apesar da importância do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), os órgãos recebem um orçamento baixo e, com isso, o governo precisa “ter um olhar mais atento à política indigenista como um todo.”

* **Estagiários sob a supervisão de Edla Lula**

Iago Mac Cord/CB/D.A Press



Em Brasília, indígenas em protesto atravessaram a Esplanada